

OPINIÃO

SF Saneamento

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMOES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor de Redação
Ricardo Noblat

Editor Executivo
José Negreiros

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor Industrial
Oswaldo Abílio Braga

Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

Solução precária

Por enquanto não haverá aumento das tarifas de água no Distrito Federal. Um acordo celebrado entre o governador Cristovam Buarque e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, afastou por prazo indeterminado a ameaça que pesava sobre o sacrificado contribuinte da capital da República. Mas a questão está longe de uma solução capaz de resolver os problemas financeiros da Companhia de Água e Esgotos de Brasília sem cavar fundo no bolso dos usuários.

O entendimento entre o governo federal e o Palácio do Buriti consumou-se com a promessa de pagamento entre R\$ 2 milhões e R\$ 3 milhões à Caesb. Refere-se à quitação de débitos contraídos por repartições federais com a empresa, em virtude do fornecimento de água. As partes acordaram, ainda, em que a Caixa Econômica Federal cuidasse de rolar uma dívida de R\$ 1.075 milhão da estatal e fornecesse outros suportes financeiros para ajudá-la a reorganizar-se.

Em troca, a Caesb se comprometeu a suspender sua decisão de elevar em até 64,65% as tarifas de água "sine die". Acontece que o déficit da empresa em 1994 foi da ordem de R\$ 36 milhões, ou seja R\$ 3 milhões por mês. Significa dizer que sua deplorável situação financeira só pode decorrer de dois fatores: a irrealidade das ta-

rifas, como sustenta o governador Cristovam Buarque, e na gerência administrativa. Neste último caso porque nem mesmo o aumento agora adiado seria suficiente para tapar o rombo. Se o déficit confessado é de R\$ 3 milhões por mês, o reajustamento das contas de água no percentual anunciado reduzi-lo-ia em apenas R\$ 2 milhões, a grosso modo.

A restauração do equilíbrio orçamentário da Caesb exigirá, portanto, muito mais do que aportes de recursos. As relações financeiras por ela própria divulgadas, no centro das quais figura um déficit de R\$ 36 milhões, lançam a obrigação de medidas profundas. Entre estas, de logo despontam o enxugamento de seus quadros, racionalização dos meios e adoção de modelo mais eficaz para os planos operacional e administrativo.

Outra providência importante consiste em evitar desperdícios. Com bastante frequência a água jorra abundante de canos furados, ligações clandestinas crescem a cada dia e a fiscalização mingua por falta de firmeza de comando. Se as soluções a serem adotadas não incorporar procedimentos empresariais adequados, de nada irá servir o adiamento na elevação das tarifas. Mais cedo ou mais tarde, a conta do desleixo será lançada sobre as poupanças dos consumidores.